

DIREITO COMERCIAL

4ª edição (revista, atualizada e aumentada)

Autor: António Menezes Cordeiro

ÍNDICE GERAL

Outras obras do Autor no domínio do Direito comercial	5
Advertências.....	11
Abreviaturas	13
Índice geral	23

I

INTRODUÇÃO

§ 1.º O Direito Comercial

1. Aproximação; Direito privado	41
2. Direito especial.....	43
3. Direito do comércio ou dos comerciantes	44
4. Condicionamentos histórico-culturais e dogmáticos	45

CAPÍTULO I - A EVOLUÇÃO DO DIREITO COMERCIAL

§ 2.º Das origens aos primeiros códigos comerciais

5. Génese e Direito romano	47
6. Do <i>ius mercatorum</i> às leis comerciais modernas	51
7. O <i>Code de Commerce</i> de 1807; influência	54
8. A evolução alemã e o Código Geral de 1861	61

§ 3.º As codificações tardias e a unificação do Direito privado

9. As codificações oitocentistas tardias	66
10. Institutos comerciais sensíveis; evolução científica	69
11. O século XX e a unificação do Direito privado	70
12. Elementos subsequentes	75

§ 4.º A experiência anglo-saxónica

13. Evolução geral	78
14. Tendências atuais; a experiência norte-americana do <i>Uniform Commercial Code</i>	79

CAPÍTULO II - A EXPERIÊNCIA LUSÓFONA

§ 5.º Das origens ao século XVIII

15. O comércio e as primeiras leis	83
16. As Ordenações; aspetos gerais do antigo Direito comercial português	85
17. A doutrina comercial lusófona	89
18. As reformas comerciais do Marquês de Pombal	90

§ 6.º Os Códigos Comerciais oitocentistas

19. Antecedentes; a Lei da Boa Razão (18-ago.-1769)	93
20. O Código Ferreira Borges (1833)	95
21. O Código Veiga Beirão (1888)	101

§ 7.º A comercialística dos séculos XX e XXI

22. A evolução legislativa subsequente ao Código Comercial; a) Alterações ao Código	106
23. Segue; b) Leis complementares	113

24.A doutrina	116
---------------------	-----

§ 8.º Outras experiências lusófonas

25.Brasil	
26.Angola	128
27.Cabo Verde	129
28.Guiné	130
29.Macau	131
30.Moçambique	133
31.São Tomé e Príncipe	136
32.Timor	137

CAPÍTULO III - COORDENADAS ATUAIS DO DIREITO COMERCIAL

§ 9.º Características gerais

33.A "comercialidade"	139
34.O problema da autonomia	143
35.A especialidade	146
36.A aplicação analógica do Direito comercial	148
37.A natureza fragmentária e a dependência científica	150
38.Natureza histórico-cultural; consequências	152
39.Internacionalismo e pequeno comércio	153

§ 10.º A autonomização de disciplinas comerciais

40.Dados legislativos; Direito comercial amplo e Direito comercial residual	156
41.O Direito das sociedades comerciais	157
42.O Direito da concorrência	159
43.O Direito da propriedade industrial	164
44.O Direito dos títulos de crédito	166
45.O Direito bancário	167
46.O Direito dos valores mobiliários	169
47.O Direito dos seguros	171
48.Outras disciplinas	173
49.O Direito comercial nuclear	175

§ 11.º Integração e internacionalização

50.Aspetos gerais	177
51.Integração europeia e diretrizes comerciais	179
52.Internacionalização	181
53.A CNUDCI (UNCITRAL) e a UNIDROIT	182
54. O novo <i>ius mercatorum</i>	185
55. A arbitragem: nacional e internacional.	187

§ 12.º O Direito comercial dos nossos dias

56.Aspetos metodológicos	191
57.Programa	193
58.Bibliografia lusófona	194
59.Bibliografia estrangeira	
60.Revistas, comentários, coletâneas e <i>Internet</i>	200

DOCTRINA COMERCIAL GERAL

CAPÍTULO I - COMÉRCIO E COMERCIANTES

Secção I - DOS ATOS DE COMÉRCIO

§ 13.º Atos de comércio

61.O sistema do Código Comercial	207
62.Atos de comércio objetivos	209
63.Segue; atos comerciais por analogia?	211
64.Segue; o problema das "empresas" do artigo 230.º	216
65.Atos de comércio subjetivos	221
66.Os atos mistos	225
67.Síntese; a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto; perspectivas	226

§ 14.º Regime geral dos atos de comércio

68.Sistema de fontes; analogia e princípios comerciais	231
69.O Direito subsidiário; também Direito público?	234
70.Princípios materiais	235

§ 15.º Os usos comerciais

71.Aspetos gerais	240
72.Elementos e natureza; confronto com o costume	244
73.Os usos do Código Civil; os usos como estalões (<i>standards</i>)	245
74.Os usos no Código Comercial e no Direito mercantil	249
75.Natureza; a "boa-fé"	253

Secção II - DOS COMERCIANTES

§ 16.º A ideia geral de comerciante

76.Relevância; os atos de comércio unilaterais	256
77.Comerciante e empresário	259
78.A reforma do Código Comercial alemão de 1998	262
79.O sistema do Código Comercial.	265

§ 17.º O comerciante pessoa singular

80. O acesso ao comércio	268
81.A capacidade para praticar atos de comércio	269
82.A situação dos menores	272
83.A profissão de comerciante; proibições, incompatibilidades, inibições e impedimentos	274

§ 18.º O comerciante pessoa coletiva

84.Sociedades comerciais	278
85.Associações e fundações	279
86.Pessoas coletivas públicas e entidades de solidariedade social	283
87.Associações desportivas e suas federações	284
88. Empresas públicas	284
89.Institutos públicos e associações públicas	285

§ 19.º Pessoas semelhantes a comerciantes

90.A categoria "pessoas semelhantes a comerciantes"	287
91.O mandatário comercial; os gerentes, auxiliares, caixeiros e comissários	289
92.Profissionais liberais	290

CAPÍTULO II - EMPRESA E ESTABELECIMENTO

Secção I - A EMPRESA

§ 20.º Evolução histórico-comparatística da empresa

93.Aspetos gerais; a necessidade de enquadramento cultural	293
94.A tradição germânica; do negócio à "empresa em si"	295
95.Continuação; a (possível) dogmática da empresa	299
96.Continuação; a evolução na segunda metade do século XX	302
97.A tradição francesa	306
98.A tradição italiana	309

§ 21.º A empresa na experiência portuguesa

99. A tradição de Ferreira Borges e de Veiga Beirão	312
100.A objetivação da empresa	313
101.Os "interesses" da empresa	315

22.º A empresa e o Direito comercial português

102.Os desenvolvimentos linguísticos e a sua refutação	322
103.A empresa como noção-quadro	324
104.Concretização	327

Secção II - O ESTABELECIMENTO

§ 23.º Noção e elementos do estabelecimento

105.Aceções e noção geral	330
106.Elementos do estabelecimento	332
107.O critério da sua inclusão	334
108.Nota comparatística	

§ 24.º O regime e a natureza do estabelecimento

109.A negociação unitária; o trespasse	341
110.A cessão de exploração e a locação de estabelecimento	346
111.O usufruto do estabelecimento	351
112.O estabelecimento como objeto de garantia	351
113.A reivindicação e as defesas possessórias	352
114.A natureza	
115.O estabelecimento individual de responsabilidade limitada	

CAPÍTULO III- O ESTATUTO GERAL DOS COMERCIANTES

Secção I - A FIRMA E A DENOMINAÇÃO

§ 25.º A firma e a sua evolução

116.Ideia geral, origens e consagração legislativa	359
117.A evolução novecentista	362
118.A natureza da firma; opções	364

§ 26.º A firma na experiência portuguesa

119.O Código Veiga Beirão; antecedentes e evolução subsequente	368
120.As reformas dos anos 80 do século XX	372
121.O RNPC de 1998	

§ 27.º O regime da firma

122.Os princípios; teleologia geral	380
123.Autonomia privada e limitações genéricas	382

124.Obrigatoriedade e normalização	385
125.Os comerciantes pessoas singulares	387
126.A verdade e a exclusividade	390
127.A estabilidade; a transmissão da firma	393
128.O princípio da novidade	396
129.A unidade	398
130.Aspetos processuais	400
131.A firma e o regime especial de constituição de sociedades (2005)	402
132.Tutela e natureza perante o Direito português	403

Secção II - A ESCRITURAÇÃO MERCANTILE A PRESTAÇÃO DE CONTAS

§ 28.º Da escrituração

133.Noção, escopo e enquadramento dogmático	405
134.Evolução geral; partidas dobradas e codificações	407
135.O Código Comercial de 1888	409
136.A evolução subsequente	411
137.A reforma das sociedades de 2006; o fim da escrituração comercial	414

Secção III - O REGISTO COMERCIAL

§ 29.º O registo comercial: evolução e funcionamento

138.Origem e evolução	418
139.A experiência portuguesa	421
140.O Código do Registo Comercial de 1986	424
141.O funcionamento do registo comercial (antes de 2006)	429

§ 30.º A reforma do registo comercial de 2006

142.Aspetos gerais	433
143.A eliminação da competência territorial das conservatórias	435
144.Registos por transcrição e por depósito	437
145.O processo do registo	437
146.Papel da informática, apresentação por notário e documentos	438
147.A impugnação de decisões	439
148.O regime transitório	440
149.As reformas de 2007, de 2008 e de 2009	441

§ 31.º O âmbito e os princípios do registo comercial

150.O âmbito do registo comercial	443
151.Os princípios do registo comercial; o princípio da instância	445
152.O princípio da obrigatoriedade	446
153.Os princípios da competência, da legalidade e do trato sucessivo	447

§ 32.º Os efeitos do registo comercial

154.Generalidades; efeito presuntivo e regra da prioridade 450.....	450
155.Efeito constitutivo	451
156.Efeito indutor de eficácia; a) A publicidade negativa	452
157.Segue; b) A publicidade positiva; as nulidades do registo	456
158.Segue; c) A invocação da eficácia da aparência	459
159.O problema das invalidades substantivas	460
160.A responsabilidade do Estado	461

Secção IV - A INSOLVÊNCIA

§ 33.º Introdução ao Direito da insolvência

161.A insolvência	463
162.O Direito da insolvência	465
163.Aspetos metodológicos	466
164.Autonomia dogmática e bibliografia	468

§ 34.º A evolução do Direito da insolvência

165.Direito romano	470
166.Evolução subsequente; tradições francesa, alemã e anglo-saxónica	472
167.A experiência portuguesa	474

§ 35.º As grandes reformas da insolvência

168.A reforma francesa de 1985	478
169.A reforma alemã de 1994/2001	480
170.As reformas das primeiras décadas do século XXI	482

§ 36.º As insolvências internacionais

171.Aspetos gerais e fontes	486
172.As normas internas de conflitos	487
173.O Regulamento 1346/2000, de 29 de maio	489
174.O Regulamento 2015/848, de 20 de maio	490

§ 37.º Perfil geral da insolvência

175.Princípios clássicos	492
176.Situações especiais; a banca e os seguros	494

38.º O revogado processo especial de recuperação de empresas e da falência

177. A recuperação de empresas; o Decreto-Lei n.º 177/86, de 2 de julho	496
178. O Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e da Falência; a) A recuperação	498
179. Segue; a assembleia de credores	500
180. A falência e as suas consequências	502

§ 39.º O Código da Insolvência

181. A Lei n.º 39/2003, de 22 de agosto (autorização legislativa)	505
182. O Decreto-Lei n.º 53/2004, de 22 de agosto (diploma preambular)	507
183. O Decreto-Lei n.º 200/2004, de 18 de agosto e as reformas subsequentes	508
184. Legislação complementar	510
185. O sistema geral do Código da Insolvência	511
186. As disposições introdutórias	512
187. Segue: noções legais	514
188. Segue: preceitos processuais	515

§ 40.º Coordenadas da insolvência

189. Enumeração	517
190. A primazia da satisfação dos credores	518
191. A ampliação da autonomia privada dos credores	520
192. A simplificação do processo; a insolvência da pessoa singular	523

§ 41.º A revitalização de empresas

193. O Memorando da Troika	525
194. O regresso à recuperação, a simplificação e os credores	527

195. O SIREVE, o PARI e o PERSI	528
196. Perspetivas	530

§ 42.º A responsabilidade do requerente da insolvência

197. O problema e o seu interesse	532
198. A evolução do tema nas leis nacionais	533
199. O artigo 22.º do CIRE: origem plausível	543
200. Interpretação integrada	
201. A aplicabilidade na insolvência da litigância de má-fé, do abuso do direito de ação e da <i>culpa in agendo</i> ou <i>in petendo</i>	548

§ 43.º Valoração do Código da insolvência

202. Aspetos gerais	550
203. As opções básicas	551
204. Técnica e estímulo jurídico-científico	552

III

CONTRATOS COMERCIAIS

CAPÍTULO I - DOS CONTRATOS COMERCIAIS EM GERAL

Secção I - PRINCÍPIOS GERAIS

§ 44.º Autonomia das partes

205. <i>Numerus apertus</i> ; o poder do mercado	555
206. Contratos mistos; a natureza comercial	557
207. As coligações de contratos	561
208. Segue; os seus efeitos	565
209. Consensualidade e normalização	567
210. A delimitação negativa; a deontologia comercial	569
211. O papel jurídico-científico da contratação comercial	570

§ 45.º Princípios e regras comerciais

212. Os chamados princípios comerciais materiais	571
213. A liberdade de língua; o uso obrigatório do português	572
214. As comunicações à distância	576
215. A solidariedade	578
216. O regime conjugal de dívidas	578
217. Tutela do crédito comercial	580
218. A prescrição presuntiva de dívidas comerciais	584

Secção II - A CONTRATAÇÃO COMERCIAL

§ 46.º *Culpa in contrahendo*

219. Deveres pré-contratuais mercantis	586
220. A jurisprudência comercial	589
221. Sentido e consequências; a natureza comercial	590
222. O conteúdo do dever de informar	593

§ 47.º Negócios preliminares e contratação mitigada

223. Negócios preliminares e intercalares	595
224. A contratação mitigada	596

Secção III - A ADESÃO A CLÁUSULAS CONTRATUAIS GERAIS

§ 48.º O comércio e as cláusulas contratuais gerais

225. As cláusulas e o comércio	599
226. Dogmática básica	600

227. Evolução; leis específicas	603
---------------------------------------	-----

§ 49.º A lei portuguesa das cláusulas contratuais gerais

228. Aspectos gerais	608
229. Âmbito e inclusão nos negócios singulares	613
230. Interpretação e integração	618

§ 50.º Cláusulas contratuais gerais nulas e proibidas

231. Nulidade e proibição	620
232. Sistema geral das proibições	621
233. As cláusulas proibidas	626
234. A conformação dos contratos comerciais	631
235. O problema dos contratos pré-formulados	632

Secção IV - O COMÉRCIO À DISTÂNCIA

§ 51.º Comércio eletrónico e comércio fora do estabelecimento

236. A contratação por computador	636
237. A contratação por meios eletrónicos ou por <i>internet</i>	639
238. Contratos à distância e fora do estabelecimento	643
239. Vendas automáticas e vendas especiais esporádicas	644
240. Publicidade não solicitada e venda ambulante	645
241. Documentos eletrónicos e assinatura digital	646
242. Faturas e comércio eletrónicos	647
243. Balanço; a natureza comercial	650

CAPÍTULO II - CONTRATOS ESPECIAIS DE COMÉRCIO

Secção I – TIPIFICAÇÕES

§ 52.º Os contratos comerciais e a sua ordenação

244. A ordenação legal	651
245. Contratos extravagantes; tipos sociais	652
246. A ordenação proposta	654

Secção II - A REPRESENTAÇÃO E O MANDATO COMERCIAIS

§ 53.º A representação em geral

247. Generalidades; evolução geral da representação	656
248. Requisitos, distinções e regime comum	660
249. O negócio-base; regras quanto ao procurador e à sua substituição	665
250. A tutela de terceiros	669
251. Segue; a procuração tolerada e a procuração aparente	672

§ 54.º A representação comercial

252. A situação em Ferreira Borges	676
253. O Código Comercial	677
254. A tutela de terceiros	679

§ 55.º O mandato comercial

255. Tipos de mandato comercial; o núcleo estrito	681
256. Gerentes de comércio	684
257. Auxiliares e caixeiros	686
258. O contrato de comissão	686

Secção III - O CONTRATO DE MEDIAÇÃO

§ 56.º Mediação: noções básicas e evolução

259.Noções básicas	689
260.Direito romano e Direito intermédio	691
261.Os Direitos nacionais modernos	693
262.Codificações civis e comerciais; justificações da figura	696

§ 57.º A mediação na experiência lusófona

263.O Direito antigo e o Código Ferreira Borges (1833)	699
264.O Código Veiga Beirão	700

§ 58.º A especialização da mediação

265.Mediação mobiliária; intermediação financeira	703
266.Mediação dos seguros	705
267.Mediação imobiliária	708
268.Mediação monetária	714
269.Mediação de jogos sociais do Estado	715

§ 59.º Dogmática geral da mediação

270. Aceções e modalidades	716
271 Mediação civil e mediação comercial	718
272. Mediação típica e mediação atípica	720
273. Figuras afins	722

§ 60.º O regime e a natureza da mediação

274. Requisitos	724
275. Cláusulas típicas e boa-fé	726
276. A retribuição	729
277. A cessação	731
278. Características e natureza	732

Secção IV - OS CONTRATOS DE ORGANIZAÇÃO

§ 61.º A associação em participação

279. Generalidades; origem e evolução; sistemas societários	734
280. Segue: sistemas comutativos	737
281. Os Códigos Comerciais portugueses; a conta em participação	739
282. A associação em participação	740
283. O regime	742
284. A natureza	745

§ 62.º O consórcio

285. Noções básicas; nota de Direito comparado	747
286. O Direito português; influências decisivas	749
287. Regime vigente	752
288. O problema da repartição dos ganhos e perdas	756
289. O termo do consórcio	759

§ 63.º O contrato de lojista em centro comercial

290. Generalidades	762
291. Esquema geral; a inaptidão do arrendamento	763
292. Um tipo autónomo	763

293. Natureza e regime	768
------------------------------	-----

Secção V - OS CONTRATOS DE DISTRIBUIÇÃO

§ 64.º Contratos de distribuição em geral

294.A distribuição e o Direito	770
295.Os contratos de distribuição	772

§ 65.º A agência

296.Origem e evolução; o papel de matriz	776
297.A Diretriz n.º 86/653/CEE	778
298.O regime legal; generalidades	779
299.As posições das partes	782
300.A proteção de terceiros	786
301.A cessação	787
302.A indemnização de clientela; outros aspetos	790

§ 66.º A concessão

303.O perfil da concessão	794
304.Figuras afins	795
305.O regime da concessão	799
306.Especificidades	801

§ 67.º A franquia (*franchising*)

307.Generalidades	804
308.Modalidades; desenvolvimento em Portugal	806
309.As posições das partes	808
310.A cessação	810
311.Problemas de concorrência	812
312.Aspetos práticos	814

Secção VI - OS CONTRATOS BANCÁRIOS

§ 68.º Contratos bancários

313.Características gerais	816
314.Enumeração e remissão	818

Secção VII- OS CONTRATOS DE TRANSPORTE

§ 69.º O Direito geral dos transportes

315. Generalidades; aspetos institucionais e materiais	820
316. O Código Comercial e o papel das cláusulas contratuais gerais	822
317. Quadro geral dos contratos de transporte	823

§ 70.º O Direito internacional dos transportes; os *incoterms*

318. As convenções internacionais	825
319. As diretrizes comunitárias	828
320. Os <i>incoterms</i>	829
321. Segue: aplicação interna e natureza	831
322. <i>Trade terms</i>	833

§ 71.º O contrato de transporte

323. Nota histórica	835
324. O transporte em geral	837
325. O Código Comercial	839
326. A guia de transporte	840

327. A execução do transporte	841
328. A responsabilidade do transportador	843
329. A entrega e as garantias do transportador	845
§ 72.º Figuras afins do contrato de transporte e natureza	
320. O transitário	846
331. Contratos de reboque, de tração e de afretamento	848
332. A natureza	849
Secção VIII - O CONTRATO DE SEGURO	
§ 73.º Problemática geral dos seguros	
333. Generalidades	852
334. Remissão	854
Secção IX - OS CONTRATOS DE COMPRA E VENDA E DE TROCA MERCANTIS	
§ 74.º A compra e venda comercial	
335. Delimitação	856
336. Modalidades	858
337. Particularidades de regime	860
§ 75.º O escambo ou troca comerciais.....	
338. A equiparação à compra e venda	862
Secção X - O REPORTE.....	
§ 76.º O reporte	
339.Noção geral	864
340.Modalidades e características	866
341.Função e natureza	868
342.Os denominados direitos acessórios	871
Secção XI - A LOCAÇÃO COMERCIAL	
§ 77 .º A locação comercial	
343.O aluguer comercial	879
344.O arrendamento comercial	879
Secção XII - TRANSMISSÃO E REFORMA DE TÍTULOS DE CRÉDITO MERCANTIS	
§ 78.º Transmissão e reforma de títulos de crédito	
345. Remissão	881
Índice de jurisprudência	883
Índice onomástico	889
Índice bibliográfico	923
Índice ideográfico	995